

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
PORTO COVO
ATA DA REUNIÃO DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022
SESSÃO ORDINÁRIA
ATA N.º 05/2022

----- Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com as seguintes presenças. -----

MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----

- Presidente:** Miguel Paulo Ferreira Ribeiro
- 2ª Secretária:** Cláudia Sofia Oliveira Rosa
- Maria Manuela das Neves Zacarias Davide
- Adérito António Romão dos Santos
- Maria Lézita Torpes Marques
- André Jorge Neves da Luz
- Luís Pedro Parreira da Silva

FALTAS JUSTIFICADAS: -----

- Dinis Filipe Lourenço Loja
- Catarina Marques Nobre de Sousa
- Ana Raquel da Silva Costa Gil
- Paulo Jorge Lavadinho da Silva

EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----

- Presidente:** José Pedro do Nascimento Arsénio
- Secretária:** Ana Paula de Jesus Pereira Sabido
- Tesoureiro:** Sandro Jorge dos Santos Pedroso Martins

----- O Presidente da Assembleia dá conhecimento da justificação prévia de falta apresentada pela Primeira Secretária, Ana Gil e procede de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º, do Regimento da Assembleia de Freguesia, à sua substituição pela

Segunda Secretária, Cláudia Rosa. De acordo com o n.º1 do artigo 46.º do Regimento, os Membros da Assembleia que apresentaram a devida justificação de falta, nomeadamente: Dinis Loja e Catarina de Sousa, e também na falta do cidadão imediatamente a seguir na lista convocado: Paulo Jorge Lavadinho da Silva; foram substituídos respetivamente por: Manuela Davide, Adérito dos Santos e Maria Lézita Torpes Marques, nomeada pelo Presidente da Assembleia Segunda Secretária *ad hoc*. -----

-----Verificada existência de quórum o Presidente da Assembleia dá início à reunião às 21h05 horas. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

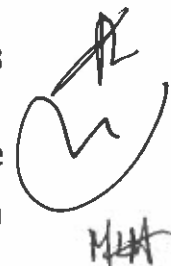
----- O Presidente da Assembleia informa que são concedidos, aproximadamente, vinte minutos para intervenção dos presentes, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

----- Os membros da Assembleia de Freguesia eleitos pelo Partido Socialista apresentam uma moção "Pela resposta habitacional em Porto Covo" e outra moção "Pela urgente abertura do novo centro de dia", as quais são incluídas, pelo Presidente da Assembleia, na ordem do dia, nos pontos 9 e 10 respetivamente. -----

----- A Secretária da Assembleia, Cláudia Rosa lê a moção "pela resposta habitacional em Porto Covo". -----

----- O membro da Assembleia, Manuela Davide lê a moção "pela urgente abertura do novo centro de dia". -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva pede a palavra, cumprimenta todos os presentes e refere-se ao assunto falado na última Assembleia relativo à moção de recomendação para a inclusão de obras de reforço do abastecimento e armazenamento de água à Freguesia de Porto Covo no plano de atividades e orçamento Municipal para 2023, no sentido de saber qual a resposta da Câmara Municipal. Pergunta ainda, se existe alguma conclusão que se possa ter tirado da intervenção feita em Porto Covo esta semana. -----



----- O Presidente da Junta, cumprimenta todos os presentes e informa que a Moção apresentada pelos membros da assembleia eleitos pelo PSD, na última sessão, não é nada mais, nada menos, do que o que tem sido reivindicado pelo Executivo da Junta de freguesia junto da Câmara Municipal desde a tomada de posse. Sendo conhecedores da realidade ao nível do abastecimento de água e de todas as carências ao nível infraestrutural de Porto Covo, têm reivindicado as devidas intervenções e isso está contemplado em todos os documentos que têm vindo reiteradamente a apresentar. Refere a importância da apresentação da referida moção, porque independentemente de serem eleitos por forças políticas diferentes o objetivo é o mesmo, o de servir e dar condições a quem reside e a quem visita Porto Covo, e acrescenta que, tal como foi dito na reunião de direito de oposição sobre o orçamento, está contemplado no orçamento municipal para 2023 o reforço no abastecimento de água e da capacidade de tratamento de águas residuais da ETAR. Sobre a intervenção feita esta semana nas condutas de água, o que pode dizer é a informação que recebeu dos serviços municipais que passa a ler: *"Bom dia Senhor Presidente, não obstante da distribuição em papel por todos os locais habitacionais e outros, bem como a publicitação no site do município sobre o aviso do corte no abastecimento de água envio este e-mail para esclarecer que as intervenções planeadas para o dia 28 de Novembro, abrangem várias tarefas no sistema de abastecimento de água de Porto Covo e da Caniceira, para resolver problemas que ocorreram durante o período estival no fornecimento de água à população de Porto Covo e outros serviços que aproveitamos o corte de água, para poder realizar. Provavelmente a duração do corte de água será menor se tudo correr bem, mas uma vez que não sabemos em que condições estão os acessórios dos materiais enterrados e do fundo dos reservatórios, e caso haja necessidade de aquisição de material por parte das empresas envolvidas nos diversos trabalhos que impliquem*

deslocação a Lisboa, prolongámos para um horário que em conjunto com as empresas entendemos que temos que dá margem de segurança para cumprir todos os trabalhos.” Diz que esta foi a informação que a Junta recebeu da Câmara e que foi a primeira vez que foi dada à Junta, uma informação detalhada sobre as intervenções no abastecimento de água. No entanto, o que aconteceu é que não existiu uma interrupção do fornecimento de água porque o depósito estava cheio, existe a paragem do fornecimento da conduta para o depósito porque a intervenção é anterior à entrada no depósito e como esta zona fica mais baixa existe a deposição de água no sentido descendente, mas aposta-se nestas comunicações, porque tal como se refere no e-mail desconhece-se o estado em que se encontra uma infraestrutura que está enterrada. É um facto que algumas empresas fecharam neste dia, é um facto que causou prejuízo, mas na nossa opinião causaria mais transtorno se as pessoas tivessem adquirido os bens para vender, tivessem aberto a porta e furtivamente fossem obrigados a fechar. Por isso, considera que foi assumida uma posição de prevenção em relação a possíveis quebras no fornecimento de água, existiram sim, momentos em que a pressão baixou, mas nunca deixou de haver água na conduta de abastecimento às pessoas e aos espaços comerciais. -----

----- ORDEM DO DIA: -----

1.º PONTO - ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. -----

2º PONTO - ANÁLISE DA ATIVIDADE DA JUNTA NO IV TRIMESTRE DE 2022: -----

----- O Presidente da Junta lê o documento para todos os presentes e informa que ao nível das reuniões com outras entidades, reuniram com a empresa para elaborar os projetos de remodelação da secretaria e do posto de turismo. A remodelação da secretaria tem



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

por base a implementação do Espaço do cidadão, como já é do conhecimento de todos. Ao nível do posto de turismo, tem como base a modernização do espaço e a adaptação do serviço prestado a quem nos visita. Outras reuniões a destacar são reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente e com a Câmara Municipal de Sines. Com a Câmara teve a ver com as intervenções que queremos ver incluídas nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento para 2023 como já tivemos oportunidade de informar. Com a APA, voltou a ser falada a situação do protocolo da zona da baía que não se consegue efetivar, tendo em consideração as descentralizações de competências da administração central para as autarquias e as implicações que poderiam haver se existisse um contrato direto entre a administração central e a Junta, estando a ser feita a análise em termos jurídicos, da melhor forma de ser feita esta transferência, se bem que a Junta não aceitou o anterior protocolo porque depois de vir à Assembleia a APA quis retirar a parte em que a Junta deixava de ter poderes para fazer a remoção de arrendatários que não cumprissem com as regras definidas para os armazéns de pesca, algo que a Junta não aceitou, uma vez que para assumir a responsabilidade do espaço, a Junta deve ter legitimidade para praticar os atos em termos legais. -----
Refere que o relatório do IV trimestre reflete, na realidade, a atividade desenvolvida nos meses de outubro e novembro, uma vez que o dezembro ainda agora começou. -----

3.º PONTO - ANÁLISE E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2023: -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em apreciação o terceiro ponto. -----

----- O Presidente da Junta informa que temos ao nível da receita e da despesa o valor de 715.727,97€, o qual reflete a estimativa dos últimos 24 meses ao nível de apuramento do que será a perspetiva de receita para 2023. Ao nível da despesa, é de salientar os aumentos que dos nossos recursos humanos terão, e bem, no

próximo ano por imposição legal, algo que valoriza a carreira de Assistente Técnico e de Técnico Superior em comparação com o que tem sido o aumento sucessivo, anual, do salário mínimo nacional, o que implica um aumento significativo ao nível da despesa com os recursos humanos, o que faz baixar a capacidade de investimento por parte da Junta, uma vez que a receita não sofre um aumento na mesma proporção que a despesa. Pergunta se há mais alguma questão em relação ao orçamento. -----

----- O membro da Assembleia André Luz informa que todos os esclarecimentos já foram prestados na reunião do direito de oposição.

----- O Presidente da Assembleia coloca o 3.º ponto à votação, o qual foi aprovado por maioria com 5 votos a favor dos membros eleitos pelo PS e com duas abstenções dos membros eleitos pelo PSD. -----

4.º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023-2026: -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o 4.º ponto e passa a palavra ao Presidente a Junta. -----

----- O Presidente da Junta dá início à leitura do documento e completa informando que a criação de dois circuitos pedonais na Freguesia teve o apoio do Carlos Alberto e do Luís Pedro Silva. Este processo já está a ser tratado com a SAL e com a Rota Vicentina, no sentido de se conseguir um acordo o que não está muito fácil. -----

----- Relativamente aos eventos acrescenta a realização da Feira de Natal e a comemoração do S. Martinho. Esclarece que o Parque Infantil do Bairro Joaquim da Costa estava no orçamento da Junta para 2022 uma vez que a Câmara Municipal considerava que o mesmo era da responsabilidade da Junta, no entanto, veio posteriormente a constatar-se que o Parque continua da responsabilidade da Câmara, a qual irá assumir a aquisição do parque infantil e desonerar a Junta de freguesia dessa aquisição. No que se refere à reparação da Biblioteca e a Casa da Juventude, irá proceder-



se à substituição de janelas e portas de forma a torna-la mais acolhedora e eficiente energeticamente. Quanto à reparação da casa do velório, ainda faltam pequenos apontamentos. Sobre os estrados e corrimões para melhorar o acesso às praias, informa que a Junta está a pensar fazer uma candidatura a fundos comunitários porque é um investimento muito avultado, após ser pedido orçamento, este investimento está entre os 40 a 50 mil euros para a intervenção necessária em todas as praias. O registo das habitações da coletiva social será realizado quando o Plano de Urbanização for revisto, o que esperamos que seja para breve. -----

----- Ao nível da iluminação pública, informa que os candeeiros da Rua Jacinto Fernandes Bandeira já foram substituídos e que foram recebidas 100 luminárias led para substituir as do Jardim Público e todas aquelas que ainda sejam de halogéneo. Quanto ao saneamento e salubridade e abastecimento público, refere-se ao abastecimento de água e o funcionamento da ETAR, é também sobre o reforço do número de contentores enterrados, e existe uma resposta da Ambilital para reforçar a recolha, e da Câmara Municipal para dotar a freguesia com mais contentores, e principalmente, sempre que seja possível, com contentores enterrados. No que se refere ao objetivo de instalar o serviço de internet *wireless* de acesso público gratuito foi uma reivindicação dos eleitos do PSD, que nós, Executivo da Junta, já tínhamos feito à Câmara Municipal e por isso concordámos desde logo. A substituição da sinalética por sinais homologados tem vindo a ser feita gradualmente, não foram todos substituídos, mas paulatinamente temos vindo a proceder à sua substituição. Informa que foi pedida a intervenção à Câmara Municipal, na zona envolvente da Casa de Velório, para a criação de bolsas de estacionamento e está contemplado no Plano Plurianual de Investimento, mas não está no orçamento para 2023. A Junta irá fazer um investimento que considera avultado no equipamento de todos os jardins da freguesia com sistema de rega, o que permitirá desonerar os funcionários da

Junta e poupança em termos de água uma vez que a rega vai ser ativada no período da noite que é o período menos utilizado evitando assim os períodos com picos de utilização de consumo elevados, havendo aqui um ganho, não só quantitativo, mas também qualitativo não só para os serviços da Junta, mas também para a nossa realidade a nível de abastecimento de água. -----

As viaturas de caixa aberta e a viatura de nove lugares são aqui referidas porque se mantêm nos investimentos uma vez que foram adquiridas através de um contrato de *leasing* que irá vigorar até 2026. -----

----- O membro da Assembleia André Luz pede a palavra e relativamente à educação, na alínea que refere a colaboração na promoção da revisão dos Planos de Emergência da EB de Porto Covo, manifesta a sua disponibilidade e também a do Luís Pedro Silva para apoiar o referido Plano. Em relação à Cultura, Desporto e Tempos Livres, concorda com as datas comemorativas referidas pelo Presidente da Junta, mas há uma data que gostaria que fosse comemorada que é o 31 de dezembro devido à elevação de Porto Covo a freguesia, fazendo numa primeira fase algo muito singelo e ir começando a criar alguma especialidade nesta data, pois somos uma freguesia ainda bastante jovem, de 1984 e considera que deve ser valorizada e assinalada a referida data. -----

----- Em relação à aquisição do desfibrilador considera que se está no bom caminho, mas que apenas um é pouco e sugere que seja colocado um na Junta de freguesia, um no Mercado Municipal e outro no Centro de Dia numa primeira fase ainda nas atuais instalações e futuramente nas novas instalações. -----

----- No ponto da habitação e urbanismo, no Mercado Municipal urge a resolução duma situação que tem que ser vista com o apoio da Câmara Municipal de Sines, o Mercado está num estado em que temos mesmo que olhar para ele e aquando da sua requalificação, refere que deve ser vista a situação dos equipamentos elétricos, uma

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

vez que têm o seu sistema exaustor para as traseiras do Mercado junto à paragem da rodoviária, onde as crianças apanham o autocarro e onde se concentram os maus odores provenientes do peixe e de outros produtos aí armazenados, por isso, sugere que seja considerado um sistema exaustor diferente. -----

Pergunta quando é a abertura do Espaço de Cidadão ao público. Relativamente ao Posto de turismo refere a proposta de descentralização apresentada na reunião com o Executivo, pois consideram que o posto de turismo devia funcionar no Largo Marquês de Pombal, durante a época balnear, numa banca mais elaborada do que as de artesanato já existentes e que ficasse durante o verão no Largo. Refere que é essencial promover junto dos nossos empresários locais, sejam de hotelaria, restauração ou de outras atividades como o surf, a equitação, entre outras, devendo a Junta criar uma brochura com muita identidade. Relativamente ao artigo 47 é uma zona que urge ser salvaguardada. -----

O Pavilhão Multiusos é uma instalação nova, mas que está a precisar de manutenção e refere que se for tratada agora, os custos serão muito menores do que futuramente e as instalações estão a caminhar rapidamente para um estado de má manutenção. -----

Sobre a questão da iluminação pública, mostra o seu contentamento pela substituição das luminárias na Rua Jacinto Fernandes Bandeira, situação que abordaram aqui várias vezes, mas diz que há ainda algumas zonas da freguesia que continuam a ter este problema, refere que muitas das vezes não sabe a quem devem recorrer, já trouxeram esse assunto à Junta de freguesia, o qual é por vezes apontado para a E-redes, outras para a Câmara Municipal, mas o que se vê nas Grandes Opções de Plano é que acaba por ser da responsabilidade da Junta de freguesia e diz que por tudo isto acaba por ficar com algumas dúvidas, sobre de quem é, de facto, a responsabilidade. -----

Monstra mais uma vez a disponibilidade para participação no Plano de Emergência de Porto Covo uma vez que têm competências nesta área. A questão do serviço de internet que reivindicaram na reunião com o Executivo, mais do que prestar um serviço é também valorizar a marca de Porto Covo. Refere que a ideia para este acesso de internet WiFi seria, à semelhança do que acontece nos Fóruns, onde para se usar a internet, ao ir à página se acede automaticamente à informação sobre todas as lojas, aqui o objetivo será ao aceder à página aparecer tudo aquilo que Porto Covo tem para oferecer o que seria uma boa forma de publicitar essa oferta. -----

A defesa do meio ambiente também pode ser levada para a questão da proteção civil e também para a vertente da agricultura e salienta que este Plano fala muito pouco da agricultura e que, mais uma vez, se está a esquecer de quem vive do campo, da outra parte que vive fora de Porto Covo e seria muito importante junto da proteção civil tentar colocar nas zonas da Cabeça da Cabra, Foros da Pouca Farinha e em todos os aglomerados mais significativos, as sinaléticas de incêndio mais concretamente a seta que aumenta consoante o nível de perigosidade de incêndio. -----

----- O Presidente da Junta responde que sobre o Espaço do Cidadão a preparação já está a decorrer está a tratar-se da remodelação das instalações, as funcionárias estão a ter formação e aquilo que se prevê é que a abertura do espaço decorra durante a primeira quinzena de Janeiro. Ao nível do equipamento desfibrilador compreende a sugestão apresentada, mas tendo em consideração que neste momento não temos nenhum, se passar a haver este já é um sinal positivo e gradualmente iremos equipando, se assim se justificar, todas as zonas de maior afluência de pessoas, até porque o Mercado Municipal só funciona das 07h00 às 13h00 e não seria certamente o local mais adequado. Sobre a comemoração do dia da freguesia é efetivamente uma excelente ideia pois acontece no ultimo dia do ano e podia culminar também com a criação da comemoração



da passagem de ano, a questão que aqui se coloca é que uma festa de passagem de ano acarreta uma despesa bastante significativa tendo em consideração o tipo de espetáculo que exige. Neste momento a Junta já tem uma série de atividades ao longo do ano, ao nível de eventos e de carácter cultural com um peso significativo no orçamento, o que há a ponderar é se queremos deixar de fazer um dos eventos já existentes e passar a comemorar esse dia e essa abordagem deve também ser por parte da assembleia de freguesia e aqui discutido porque o Executivo faz aquilo que é deliberado pela Assembleia de freguesia. Ao nível do Mercado Municipal e dos maus odores na paragem do autocarro, transmito que aquilo que dizem as Grandes Opções do Plano é que nós identificamos esse problema, dentro das nossas capacidades e tendo em consideração que as instalações são propriedade da Câmara Municipal, todas as melhorias que queremos desenvolver e implementar têm que ser feitas em conjunto. -----

----- Ao nível da iluminação, ninguém disse que é a Junta de freguesia que vai fazer essa substituição, aquilo que a Junta faz é colaborar com a entidade responsável por essa matéria que é a E-Redes e principalmente com o prestador de serviços que procede à referida substituição ao serviço da E-Redes. A comunicação de avarias é atualmente feita através de uma aplicação e qualquer cidadão pode fazê-lo, a Junta de freguesia terá que recorrer à mesma aplicação e a sua comunicação terá o mesmo efeito que a de qualquer cidadão, posteriormente a E-Redes comunica com quem reportou a avaria para saber qual é o número e a localização exata dos candeeiros. Esclarece que o que transmitiu é que vêm 100 luminárias para as instalações da Junta, na segunda-feira, porque a Junta está a colaborar no sentido de facilitar o armazenamento das mesmas durante o período necessário para a sua colocação. -----

----- Sobre a mudança da localização do posto de turismo durante a época balnear, a opinião do Executivo é que o local proposto por vós

que seria do lado Norte do Largo e não parece ser o mais adequado, no entanto, poderia ser equacionada a sua colocação na zona do estacionamento anterior ao largo, mais concretamente na zona é feita a venda das faturas pois é um local de passagem e um local central. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o 4.º ponto que foi aprovado por maioria, com 6 votos a favor e uma abstenção do membro eleito pelo PSD André Luz. -----

5.º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PPI PARA 2023-2026:

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o 5.º ponto que foi aprovado por maioria, com 6 votos a favor e uma abstenção do membro eleito pelo PSD André Luz. -----

6.º PONTO: APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO DA FREGUESIA: -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à apreciação o inventário do património da freguesia e não havendo qualquer intervenção passa ao ponto seguinte. -----

7.º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2023: -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise este ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Presidente da Junta informa que no mapa de pessoal para 2023 aparece uma nova categoria profissional, ao nível de carreira, para colocação de uma Técnica Superior. O número de Assistentes Técnicos mantém-se e existe a redução de uma pessoa ao nível da carreira de Assistente Operacional. Posteriormente será vista a possibilidade de abertura de um concurso para colocação de Assistentes Operacionais e possivelmente em Abril, o mapa de pessoal será colocado novamente à aprovação da Assembleia de Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca o 7.º ponto à aprovação, o qual é aprovado por unanimidade. -----

8.º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS PARA 2023: -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise este ponto e passa palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Presidente da Junta informa que esta proposta reflete uma ligeira atualização tendo em consideração os fatores que influenciam os recursos produtivos, nomeadamente o que envolve máquinas e equipamentos nas limpezas de fossa e trabalhos a particulares devido ao aumento dos combustíveis. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca o 8.º ponto à votação, o qual é aprovado por unanimidade. -----

9.º PONTO: MOÇÃO PELA RESPOSTA HABITACIONAL EM PORTO COVO: -----

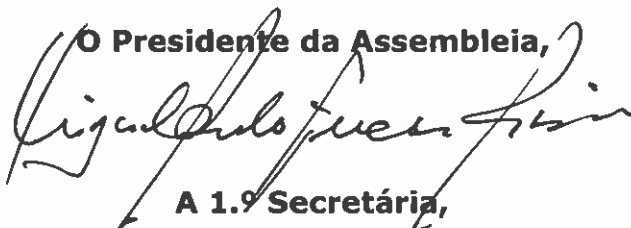
----- O Presidente da Assembleia coloca à votação a Moção pela resposta habitacional em Porto Covo, apresentada pelos membros da assembleia eleitos pelo Partido Socialista, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

10.º PONTO: MOÇÃO PELA URGENTE ABERTURA DO NOVO CENTRO DE DIA: O Presidente da Assembleia coloca à votação a

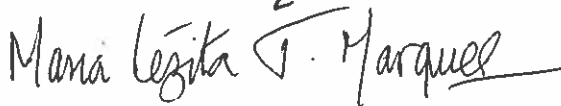
Moção pela urgente abertura do novo centro de dia, apresentada pelos membros da assembleia eleitos pelo Partido Socialista, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

----- Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia encerrou a reunião às 22h15 horas, do dia 02 de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia,



A 1.ª Secretária,



A 2.ª Secretária,



Moção



“Pela resposta habitacional em Porto Covo”

Considerando que:

O Direito à Habitação, previsto no nº 1 do art.º 65 da Constituição da República Portuguesa, tem sido um dos mais negligenciados em Portugal;

Há que entender que o direito á habitação, constitui uma primeira base nuclear de natureza jurídico-política, para garantir uma habitação básica para todos sem exceção, de forma a possibilitar não só o acesso, como a fruição de uma habitação segura e confortável em qualquer parte do território, nomeadamente da área urbana, onde é mais difícil aceder a habitação básica num contexto de escalada de especulação imobiliária e gentrificação.

Porto Covo é uma freguesia essencialmente turística, procurada por investidores para construir unidades hoteleiras e habitação não permanente, onde o mercado ao nível da oferta é diminuto e a procura é muito elevada. Estes fatores provocam a especulação dos preços praticados, tornando inacessível às famílias naturais de Porto Covo a aquisição de habitação própria e permanente.

A falta de resposta constitui um obstáculo ao equilibrado desenvolvimento social e territorial da freguesia, uma vez que a falta de habitação a preços acessíveis não permite a fixação de população residente. Contribui-se assim para um desequilíbrio entre a população residente e a flutuante.

A saída da população natural de Porto Covo por falta de solução, leva à descaracterização dos valores e raízes locais.

É urgente que o município de Sines conclua as infraestruturas do art.º 220, que coloque à disposição da população os 19 lotes contemplados no investimento, que





desenvolva um regulamento ajustado à realidade e a custos controlados que sejam comportáveis tendo em consideração o vencimento médio mensal nacional.

Contudo, o problema da habitação não é de todo solucionado com os 19 lotes do art.º 220, são necessárias mais medidas desta natureza ou equivalentes e privilegiando o corporativismo. É pertinente ter em consideração a necessidade da existência de mais habitação na próxima revisão ao plano de urbanização de Porto Covo, assim como, seja criada a possibilidade de construção nos aglomerados rurais de Foros da Pouca Farinha, Cabeça da Cabra, Fonte Mouro, Colmeia e Terça Parte.

É também necessário que seja tributada, de forma diferenciada, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis entre a habitação própria e permanente e a segunda habitação, de forma a equilibrar o mercado e privilegiar o arrendamento anual.

Propomos que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, submeta e apresente, na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal esta Moção.

Porto Covo, 02 de dezembro de 2022.

Os membros da Assembleia de Freguesia eleitos pelo Partido Socialista

Luís Guilherme F. Silva
Acácio F. P.
Maria Lúcia T. Marques



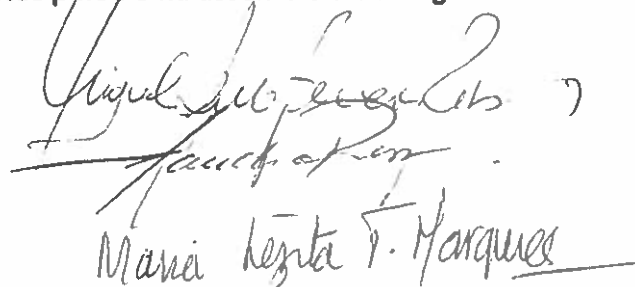
Moção

“Pela urgente abertura do novo centro de dia”

- Sabendo que o centro de dia de Porto Covo é uma infraestrutura importante na valência de apoio aos mais idosos e carenciados.
- Tendo em consideração o estado degradante das atuais instalações, provisórias há 12 anos, que colocam em causa o seu normal funcionamento, sem condições para utentes, funcionários e órgãos sociais poderem desenvolver o importante serviço prestados na freguesia de Porto Covo.
- Estando as novas instalações em fase de conclusão há mais de um ano, consideramos não existir justificação para o atraso verificado.
- Após várias interpelações efetuadas pela direção da associação “A Gralha” e por parte do executivo da junta de freguesia, onde o Sr. Presidente do município de Sines garantiu num primeiro momento a abertura do equipamento para setembro de 2022, e, em segundo momento para o final de novembro de 2022, constatamos que o compromisso assumido não se efetivou, com um claro prejuízo para a instituição.
- Vem os membros da assembleia de freguesia de Porto Covo, eleitos pelo Partido Socialista, exigir da parte do executivo municipal a urgente conclusão da obra e a sua colocação em funcionamento, para servir a nossa comunidade.

Porto Covo, 02 de dezembro de 2022.

Os eleitos pelo PS na assembleia de freguesia de Porto Covo.



Maria Regina V. Marques

